

Revolução Chinesa (1949)

O pós-II Guerra Mundial levou à divisão do mundo em dois grandes blocos geopolíticos: os EUA, enquanto representantes do mundo ocidental e do sistema capitalista; a URSS, enquanto representante dos países do leste europeu e do sistema socialista. Seguiu-se um período conflituoso, conhecido como Guerra Fria, que representou um permanente jogo de forças entre os dois blocos, levando a conquistas e derrotas para ambos. Foi neste contexto que emergiu a República Popular da China, em 1 de outubro de 1949.

A chegada dos comunistas chineses ao poder veio demonstrar a crescente influência soviética no continente asiático, mas, ao mesmo tempo, a emergência de um novo ator geopolítico com capacidade de atuar com autonomia face ao bloco soviético (como se veio a confirmar no final da década de 50, com a rutura sino-soviética).

Contudo, se a revolução chinesa se dá num contexto de pós-II Guerra Mundial, é, sobretudo, fruto de uma complexa rede de conflitos político-militares que remetem à queda da monarquia da dinastia Manchu, em outubro de 1911. A República da China nasceu em 1 de janeiro de 1912, pretendendo, sob a presidência provisória de Sun Yat-sen (líder do Partido Nacionalista), libertar o país dos resquícios imperiais e da influência estrangeira (BIANCO, 1971: 12-13).

Longe de alcançar estes objetivos, o país experienciou neste período um aprofundamento da sua fragmentação política e territorial, que só se viria a inverter com a ação conjunta do Kuomintang e do recém-fundado Partido Comunista Chinês (PCC), que, sob influência da União Soviética, promoveu a primazia do desenvolvimento nacional em detrimento da revolução socialista (COGGIOLA, 1985: 6-7).

No entanto, o sucesso desta aliança mostrou-se relativo. Apesar da conquista de posições militares importantes – sobretudo, graças ao papel dos comités operários e camponeses –, o Kuomintang, sob a liderança de Chiang Kai-shek,

manteve uma permanente perseguição a dirigentes sindicais e comunistas, levando à célebre Longa Marcha, em 1934.

A complexidade do tabuleiro político-militar aprofundou-se ainda mais com o início da II Guerra Sino-Japonesa, que terminou, apenas, com a rendição japonesa aos aliados, em 1945. Deste conflito, simultaneamente interno e externo, saíram posições irreconciliáveis entre nacionalistas e comunistas, sobretudo, devido à postura dos primeiros durante a invasão japonesa, ao apontarem os comunistas como principais inimigos.

Entre 1947 e 1949 dá-se o clímax deste longo confronto com o PCC e o Exército Popular de Libertação, que foi contando com um crescente apoio de milhões de camponeses (BIANCO, 1971: 196-197), tendo ocorrido as investidas finais que permitiriam que, em janeiro de 1949, tivessem entrado vitoriosamente em Pequim. O governo liderado por Chiang Kai-shek viu-se obrigado a refugiar-se em Taiwan e, em 1 de outubro, Mao Tse-Tung proclamava, oficialmente, a República Popular da China. **[JS]**

[HTTPS://WWW.HISTORYTODAY.COM/ARCHIVE/MONTHS-PAST/MAO-ZEDONG-BACAMES-CHINESE-HEAD-STATE](https://www.historytoday.com/archive/months-past/mao-zedong-became-chinese-head-state)



Mao Tse-Tung proclama a República Popular da China, 1/10/1949.
History Today, 1999: s. p.



«(...) Agora, a Guerra de Libertação Popular está praticamente ganha, e a maioria da população no país está livre. Sob tal fundamento, a primeira sessão da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, composta por delegados de todos os partidos democráticos e de organizações populares da China, pelo Exército de Libertação Popular, as diversas regiões e nacionalidades do país, além dos patriotas chineses no exterior e outros elementos, foi convocada. Representando o desejo de toda a nação, [esta sessão da conferência] promulgou a Lei Orgânica do Governo Popular Central da República Popular da China, elegeu Mao Tse Tung presidente do Governo Popular Central (...).»

(Excerto do discurso de Mao Tse-Tung na proclamação da República Popular da China.
History Today, ibidem)